



**JUSTIÇA FEDERAL**  
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio  
M0001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Julho/2025

## Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato \_\_\_\_\_  
Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou-se à reflexão entre poder e conhecimento.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Nosso cérebro e os sistemas digitais**

O cérebro humano não opera como um computador digital, mas isso não impede que esses nossos computadores orgânicos sejam programados por sinais externos. Muito pelo contrário! É preciso considerar os graves riscos que a humanidade enfrentará nos próximos anos, em decorrência da nossa interação e da nossa dependência cada vez maior em relação aos sistemas digitais, estabelecendo uma verdadeira simbiose que pode afetar profundamente o cérebro, por meio do fenômeno da plasticidade neural.

Basicamente, a convivência contínua com computadores pode afetar a forma como o cérebro funciona e, no limite, nos transformar em meros zumbis orgânicos. De acordo com a minha estimativa, essa transformação pode ocorrer muito mais depressa do que imaginamos. Esse cenário se manifestará quão mais rapidamente o nosso cérebro for ludibriado, convencendo-se de que recompensas maiores seriam auferidas se ele cessasse de expressar os atributos mais celebrados e únicos da condição humana.

Que atributos seriam esses? Eles incluem a imensa criatividade e a intuição, a inteligência bem como a compaixão, a empatia pelo próximo e a busca de um fim benéfico comum. Em troca, o cérebro optaria pela produção de comportamentos mais eficientes e produtivos, seguindo as rígidas normas impostas pela modernidade, que nos condenariam a uma existência primordialmente virtual onde – de acordo com a falsa utopia dominante dos nossos tempos – poderíamos nos defender melhor das frustrações e das dores cotidianas advindas do mundo real.

Na verdade, esse seria o caminho mais rápido para nos transformarmos em simples autômatos controlados por um sistema ditatorial e por um tipo de economia divorciada da promoção do bem-estar geral.

(Adaptado de: NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**. São Paulo: Planeta, 2020, p. 21)

1. Considerando os riscos que a humanidade enfrentará nos próximos anos da nossa era digital, o autor lembra que
  - (A) a interação entre o homem e as máquinas pode resultar na intensificação das violências que os homens já cometem contra os próprios homens.
  - (B) o aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos fará com que o homem passe a submeter a um controle mecânico o planejamento de suas políticas públicas.
  - (C) a relação entre o homem e os computadores pode ter como consequência o primado dos valores virtuais em relação aos nossos atributos reais.
  - (D) a alta capacidade dos computadores deverá operar muito melhor que nós os atributos da intuição, da compaixão e da empatia pelo próximo.
  - (E) a dinâmica a ser estabelecida entre nós e os meios cibernéticos acabará por estender à inteligência artificial os limites da inteligência que nos é própria.

---

2. Estão indicadas uma **causa** e sua **consequência**, nesta ordem, na relação entre os seguintes segmentos:
  - (A) *nossos computadores orgânicos // programados por sinais externos* (1ª parágrafo).
  - (B) *fenômeno da plasticidade neural // uma verdadeira simbiose* (1ª parágrafo).
  - (C) *recompensas maiores // convivência contínua com computadores* (2ª parágrafo).
  - (D) *busca de um fim benéfico comum // rígidas normas impostas* (3ª parágrafo).
  - (E) *Eles incluem a imensa criatividade // falsa utopia dominante* (3ª parágrafo).

---

3. As normas de concordância verbal encontram-se bem observadas na frase:
  - (A) Podem submeter-se aos sinais externos dos computadores o que consideramos nossos principais atributos.
  - (B) Acabarão por provocar graves riscos aos nossos princípios humanos a simbiose que estabelecemos com os computadores.
  - (C) São de se imaginar que recompensas maiores seriam auferidas por conta da nossa interação com os meios digitais.
  - (D) Não se constituem na mecânica de uma programação eletrônica os valores em que se faz reconhecer a nossa humanidade.
  - (E) Deixam de figurar nos anseios da nossa civilização a produção de utopias que removessem as nossas frustrações.



4. É regular o emprego do elemento sublinhado na seguinte construção:
- (A) Ao contrário do que se imagina, teme-se de que nossos computadores orgânicos sejam afetados pelos eletrônicos.
  - (B) Da interação com os computadores, de cuja somos os responsáveis, podem resultar vários prejuízos.
  - (C) Os benefícios em que resultam do emprego sensato do nosso cérebro podem ser comprometidos pelo sistema digital.
  - (D) Uma vez que deixemos de cultivar os valores porque deveríamos nos orgulhar, não seremos mais que simples autômatos.
  - (E) As virtudes humanas, a que deveríamos dedicar toda a nossa atenção, vêm sendo confrontadas com os vícios digitais.
- 
5. A supressão da vírgula implicará alteração de sentido na frase:
- (A) Não se pode cultuar as atividades digitais, que se apresentam na contramão dos interesses humanos.
  - (B) Valorizam-se os avanços da ciência, justamente por serem inegáveis avanços humanos.
  - (C) De acordo com o juízo de muitos, os meios digitais colaboram para a evolução da humanidade.
  - (D) À medida que passamos a confiar nos cérebros eletrônicos, passamos a subestimar os nossos.
  - (E) A se julgar pelo que se diz dos avanços digitais, os computadores logo estarão no centro de todas as decisões.
- 

**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### [Autobiografia de um historiador]

*Não escrevi esta minha biografia com o espírito de confissão tão vendável hoje em dia, em parte porque a única justificativa para essa viagem em torno do ego é a genialidade – não sou nem um santo Agostinho nem um Rousseau – e em parte porque nenhum autobiógrafo vivo seria capaz de contar sua verdade particular sobre as coisas que envolvem outras pessoas vivas sem ferir injustificavelmente os sentimentos de algumas delas.*

*Este livro também não é uma apologia da vida do autor. Se o leitor não quiser entender o século XX, deve ler as autobiografias daqueles que se justificam a si mesmos, advogados de sua própria defesa, e as de seu reverso, os pecadores arrependidos.*

*Estes escritos não são a história do mundo ilustrada pelas experiências de um indivíduo, mas a história do mundo dando forma às experiências de um indivíduo, ou melhor, oferecendo uma gama de escolhas sempre limitadas, com as quais os homens fazem suas vidas, não nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim nas circunstâncias diretamente proporcionadas pelo mundo em volta deles.*

*Busquei juntar meus temas de modo coerente, com alguma racionalização histórica. Outros historiadores poderão interessar-se por esse aspecto mais profissional do meu livro. Espero, entretanto, que os demais o leiam como uma introdução ao extraordinário século XX, como um relato que é também o itinerário de um ser humano cuja vida não poderia ter ocorrido em outro século.*

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes**. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 10-12)

6. Contrastando com os vários alertas sobre o que sua autobiografia **não é, não pode ou não deseja ser**, há no texto um reconhecimento afirmativo do autor quanto
- (A) aos aspectos mais discretamente confessionais que ele preferiu manter em nome da veracidade dos fatos.
  - (B) à justificativa central de seu propósito de escritor autobiógrafo, escorada no desejo de expiar algumas culpas.
  - (C) à efetiva interação que ele, como indivíduo, manteve entre suas vivências e as circunstâncias do século em que as viveu.
  - (D) ao enfrentamento das inevitáveis incoerências que um autobiógrafo acaba por imputar aos seus métodos de historiador.
  - (E) à convicção de fornecer aos leigos o prazer de encontrar numa autobiografia uma síntese cabal da história do século XX.
- 
7. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *espírito de confissão tão vendável hoje em dia* (1<sup>a</sup> parágrafo) = intento de culpar a venalidade de nossa época.
  - (B) *sem ferir injustificavelmente os sentimentos* (1<sup>a</sup> parágrafo) = deixando de poupar as emoções indefensáveis.
  - (C) *e as de seu reverso* (2<sup>a</sup> parágrafo) = e as autobiografias expurgadas de culpa.
  - (D) *gama de escolhas sempre limitadas* (3<sup>a</sup> parágrafo) = paleta de opções reduzidas.
  - (E) *com alguma racionalização histórica* (4<sup>a</sup> parágrafo) = busca da razoabilidade de uma narrativa.
- 
8. Os tempos e os modos das formas verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) O autor não se proporia a escrever uma autobiografia caso seja necessário esquecer a sua condição de historiador.
  - (B) Para que algo do historiador se manifeste em seus escritos, o autor busca juntar seus temas de modo coerente.
  - (C) Um historiador que pretendesse confessar seus sentimentos haverá de se afastar de sua trajetória profissional.
  - (D) Não fosse pelo desejo de narrar um testemunho histórico, ele terá evitado se valer da primeira pessoa em seus relatos.
  - (E) Caso queira fazer justiça à sua carreira de historiador, esse autobiógrafo teria evitado confundir impressões com fatos.
-



9. *Estes escritos não constituem uma história do mundo, embora a levem em conta.*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais deverão ficar, na ordem dada,

- (A) não é constituída – seja levada
- (B) não se constituem – se levasse
- (C) não venham a constituir – seja levado
- (D) não têm constituído – deva ser levado
- (E) não seria constituída – fosse levada

10. Considere as seguintes afirmações:

- I. Sendo historiador, ele escreveu uma autobiografia.
- II. Sua autobiografia tem interesse histórico.
- III. Sua autobiografia inscreve-se no século XX.

Essas afirmações estão articuladas com correção e coerência neste período único:

- (A) Uma vez sendo historiador, ele escreveu sua autobiografia histórica inscrevendo-se no século XX.
- (B) Não obstante tenha escrito uma autobiografia, o historiador comporta seu interesse no século XX.
- (C) Em razão de ser historiador, esse autobiógrafo soube inscrevê-la com interesse histórico no século XX.
- (D) Ainda que seja historiador, foi escrita sua autobiografia de interesse histórico no decorrer do século XX.
- (E) Ele é historiador e acabou escrevendo uma autobiografia com interesse histórico, inscrita no século XX.

#### **Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

11. Considere:

- I. Prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- II. Provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.
- III. Oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto atitudinais.
- IV. Articulação intersetorial das políticas públicas.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas determinadas diretrizes. Sobre tais diretrizes, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

12. Os parques públicos, possuidores não só de belas paisagens vegetais, como de equipamentos de lazer e brinquedos, constituem grande atrativo à população. A Lei nº 10.098/2000 exige que uma porcentagem mínima de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em vias públicas, parques e demais espaços de uso público devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. A porcentagem mínima mencionada e que deve ser observada, portanto, nos parques públicos corresponde a

- (A) 2%.
- (B) 10%.
- (C) 15%.
- (D) 3%.
- (E) 5%.



13. É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas pela Lei nº 11.126/2005. Acerca do tema,
- (A) o direito narrado no enunciado aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, exceto em esfera internacional, ainda que com origem no território brasileiro.
  - (B) a deficiência visual referida no enunciado restringe-se à cegueira e à baixa visão.
  - (C) a deficiência visual referida no enunciado restringe-se apenas à cegueira.
  - (D) o direito narrado no enunciado aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive em esfera internacional, independentemente de ter ou não origem no território brasileiro, bastando que o deficiente visual tenha nacionalidade brasileira.
  - (E) a deficiência visual referida no enunciado restringe-se apenas à baixa visão.
- 
14. A Resolução nº 401, do CNJ, dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Especificamente sobre as unidades de acessibilidade e inclusão:
- (A) a unidade de acessibilidade e inclusão deve, preferencialmente, ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral, ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.
  - (B) os(s) servidores(as) incumbidos(as) pela unidade de acessibilidade e inclusão desempenharão as suas atribuições de forma exclusiva, com prejuízo das atribuições de seus respectivos cargos.
  - (C) a unidade de acessibilidade e inclusão deve possuir caráter provisório e destina-se a assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações que visem ao cumprimento da Resolução 401/CNJ.
  - (D) em caráter excepcional e previamente justificado, admite-se que a unidade de acessibilidade e inclusão seja composta por servidor único.
  - (E) dentre as competências da unidade de acessibilidade e inclusão, está a de elaborar relatório semestral acerca das ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade e inclusão no órgão.
- 

#### Inteligência Artificial e Inovação

15. Durante a implantação de sistemas de inteligência artificial em apoio à tramitação processual, a equipe de inovação tecnológica do Poder Judiciário é orientada a observar os princípios estabelecidos pela Resolução CNJ nº 332/2020. Nessa perspectiva, o uso de sistemas de IA no âmbito judicial deve ser conduzido de modo que
- (A) favoreça soluções com alto grau de autonomia operacional, mesmo que a supervisão humana se restrinja a fases finais do processo.
  - (B) adote sistemas com foco na automação de decisões técnicas, reduzindo a necessidade de validação constante por profissionais do direito.
  - (C) garanta a transparência dos procedimentos e preserve os direitos fundamentais dos jurisdicionados.
  - (D) promova o uso de algoritmos com desempenho eficiente, ainda que desprovido de mecanismos nativos de interpretação de resultados pelos usuários.
  - (E) restrinja o desenvolvimento de soluções próprias em favor da adoção de tecnologias consolidadas no setor privado, com foco na padronização externa.
- 
16. Durante a elaboração de uma nova solução para triagem de processos no Poder Judiciário, a equipe de inovação propõe o uso de um modelo de linguagem de larga escala, capaz de interpretar textos jurídicos extensos, gerar resumos automáticos e classificar informações para facilitar a decisão humana. Com base nos conceitos de inteligência artificial (IA) e considerando o papel de diferentes sistemas, essa proposta caracteriza o uso de
- (A) um sistema baseado em regras fixas, capaz de extrair trechos padronizados de documentos, mas com capacidade contextual de interpretação ou síntese textual limitada.
  - (B) um sistema de IA generativa treinado para sintetizar textos a partir de conteúdos jurídicos, com foco em apoio à tomada de decisão e ausência de geração autônoma de novos dados.
  - (C) uma arquitetura de IA especializada em rotinas de classificação binária, estruturada com base em regras de decisão previamente parametrizadas.
  - (D) um modelo de linguagem de larga escala, especializado em processamento e compreensão de linguagem natural.
  - (E) um agente de IA voltado à mediação de tarefas cognitivas, com ênfase em respostas interativas e execução de comandos baseados em linguagem natural.
-



17. Durante a implantação de um laboratório de inovação no âmbito do Poder Judiciário, uma equipe foi encarregada de estruturar um projeto para o redesenho de serviços de atendimento ao público. Para estimular a geração de soluções centradas no usuário, foi decidido adotar uma abordagem metodológica fundamentada na colaboração multidisciplinar, no entendimento empático dos usuários e na prototipagem rápida de soluções. Considerando os conceitos de redes de inovação, laboratórios de inovação e metodologias aplicáveis, essa abordagem corresponde à utilização prática do princípio de
- (A) inovação aberta, priorizando a incorporação de experiências externas para a proposição de soluções a partir da realidade institucional.
  - (B) redes de inovação organizadas em torno de estruturas colaborativas com foco em articulações interinstitucionais para disseminação de conhecimento técnico.
  - (C) práticas de pesquisa aplicada, voltadas à exploração técnica de processos e fluxos de trabalho, com ênfase na modelagem documental e análise funcional.
  - (D) desenvolvimento incremental, com foco na melhoria contínua de sistemas existentes por meio de ciclos de validação interna.
  - (E) *design thinking*, promovendo a identificação de necessidades reais e o desenvolvimento iterativo de soluções.

#### Sustentabilidade e Meio Ambiente

18. O artigo 225 da Constituição da República consagra, em seu texto, o princípio do desenvolvimento sustentável e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público
- (A) exigir estudo prévio de impacto ambiental para toda instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente.
  - (B) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
  - (C) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de emenda à Constituição.
  - (D) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, vedando-se toda a forma de manipulação de material genético.
  - (E) proteger exclusivamente a fauna e a flora nativas, sendo vedadas práticas que coloquem em risco sua função ecológica.
19. A Agenda 2030 da ONU é um plano global para se alcançar, em 2030, um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, o
- (A) ODS 5, sobre igualdade de gênero, aborda exclusivamente o combate à violência física contra mulheres, não contemplando aspectos como participação política, empoderamento econômico ou discriminação no ambiente de trabalho.
  - (B) ODS 13, referente às mudanças climáticas, estabelece metas apenas para países industrializados, isentando países em desenvolvimento de compromissos com a redução de emissões de gases de efeito estufa.
  - (C) ODS 4 propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, com metas específicas para ampliar o acesso à educação em todos os níveis.
  - (D) ODS 1 foca exclusivamente na erradicação da fome e na segurança alimentar, não abordando outras dimensões da pobreza como acesso a serviços básicos ou proteção social.
  - (E) ODS 6, sobre água e saneamento, limita-se a estabelecer metas para o acesso à água potável e saneamento básico em áreas urbanas, não se aplicando às áreas rurais.
20. Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma emergência climática sem precedentes, evidenciando os impactos devastadores da mudança climática em nível local e global. Diante desse cenário alarmante, torna-se imperativo que o Brasil intensifique seus esforços para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Nesse contexto, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabelece diretrizes fundamentais para a ação governamental e a mobilização da sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável e resiliente, sendo que a referida lei estabelece que
- (A) as empresas de pequeno porte estão isentas de adotar medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa, sendo estas obrigações aplicáveis apenas às grandes corporações.
  - (B) o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), previsto na lei, é o único instrumento econômico disponível para a implementação da PNMC, não sendo permitida a utilização de outros mecanismos financeiros.
  - (C) os princípios da precaução e da prevenção não se aplicam à PNMC, que adota exclusivamente o princípio do poluidor-pagador como base para suas ações.
  - (D) todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
  - (E) a participação da sociedade civil no desenvolvimento e implementação da PNMC é restrita aos especialistas acadêmicos, não sendo permitida a contribuição de outros setores da sociedade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil**

21. Pedro e Juan simularam um empréstimo a fim de prejudicar interesse de terceiro. De acordo com o Código Civil, tal negócio é
- (A) anulável, sujeitando-se a prazo decadencial de 2 anos.
  - (B) nulo, não se sujeitando à decadência.
  - (C) anulável, sujeitando-se a prazo decadencial de 4 anos.
  - (D) anulável, sujeitando-se a prazo prescricional de 3 anos.
  - (E) nulo, sujeitando-se a prazo decadencial de 4 anos.
- 
22. Fernando contratou José para pintar sua residência e estipulou que realizaria o pagamento quando o serviço estivesse esteticamente de seu agrado. De acordo com o Código Civil, tal estipulação constitui
- (A) condição potestativa, a qual é defesa por lei.
  - (B) termo incerto, que, enquanto não se verificar, impede a aquisição do direito a que ele visa.
  - (C) condição suspensiva lícita, subordinando o negócio a evento futuro e incerto.
  - (D) condição resolutiva, que, enquanto não se verificar, impede a aquisição do direito a que ela visa.
  - (E) condição potestativa, a qual é lícita.
- 
23. A alienação fiduciária regulada pelo Código Civil
- (A) é instrumento de garantia restrito às instituições financeiras.
  - (B) confere direito real de aquisição ao fiduciante, seu cessionário ou sucessor.
  - (C) pode recair sobre bens imóveis e móveis, fungíveis e infungíveis.
  - (D) opera o desdobramento da posse, tornando o credor possuidor direto da coisa.
  - (E) autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia se a dívida não for paga no vencimento.
- 
24. Analise as proposições abaixo, acerca da hipoteca:
- I. Executada a hipoteca, se o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante.
  - II. Os sucessores do devedor podem remir a hipoteca no todo mas não parcialmente na proporção de seus quinhões.
  - III. É defeso ao devedor dar a coisa hipotecada em pagamento após o vencimento da dívida.
  - IV. A hipoteca não abrange as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel.
- De acordo com o Código Civil, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
  - (B) II e III.
  - (C) I e IV.
  - (D) III e IV.
  - (E) I e II.

**Direito Processual Civil**

25. Em ação indenizatória em fase de cumprimento definitivo de sentença, foi comunicada a cessão do crédito executado, requerendo-se a substituição processual do exequente (cedente) pelo cessionário do crédito. Nesse caso, de acordo com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento de tema repetitivo, essa substituição processual
- (A) depende da autorização ou consentimento do devedor, que poderá ser tácito, caso não seja manifestada oportuna oposição.
  - (B) dispensa a autorização ou o consentimento do devedor.
  - (C) depende da autorização ou consentimento do devedor, que necessariamente deverão ser expressos.
  - (D) depende da autorização ou consentimento do devedor, que poderão, no entanto, ser supridos pelo juiz se houver justo motivo.
  - (E) deverá ser indeferida, ainda que conte com a autorização ou consentimento do devedor.



26. Renata, vítima das enchentes que afetaram o Estado do Rio Grande do Sul, perdeu sua moradia e todos os seus pertences. Por conta disso, ajuizou contra a União ação para compeli-la a fornecer-lhe assistência material. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, a União
- (A) não gozará de prazo em dobro para nenhuma manifestação processual, salvo se for reconhecida pelo juiz a ocorrência de estado de calamidade que importe sobrecarga de trabalho invencível para a Advocacia Pública.
  - (B) gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, exceto para a interposição de recursos.
  - (C) gozará de prazo em dobro para as suas manifestações processuais em geral e em quádruplo para contestar e recorrer, exceto quando a lei estabelecer expressamente prazo próprio para ela.
  - (D) gozará de prazo em dobro apenas para contestar e interpor recursos, mas não para outras manifestações processuais.
  - (E) gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, exceto quando a lei estabelecer expressamente prazo próprio para ela.
- 
27. Após o trânsito em julgado de sentença que condenou o réu em obrigação de pagar quantia certa fundada em determinada lei, sobreveio decisão do Supremo Tribunal Federal, em controle difuso de constitucionalidade, julgando tal lei inconstitucional, sem nenhum tipo de modulação dos seus efeitos. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o réu
- (A) poderá invocar a inexigibilidade da obrigação em impugnação ao cumprimento de sentença com base na declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, mas não poderá propor ação rescisória da sentença condenatória, por ter sido a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle difuso de constitucionalidade.
  - (B) não poderá invocar a inexigibilidade da obrigação em impugnação ao cumprimento de sentença com base na declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, mas poderá propor ação rescisória, desde que ainda não tenham decorridos dois anos contados do trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo irrelevante a data do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) poderá invocar a inexigibilidade da obrigação em impugnação ao cumprimento de sentença com base na declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, ou ainda propor ação rescisória da sentença condenatória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) não poderá invocar a inexigibilidade da obrigação em impugnação ao cumprimento de sentença com base na declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, mas poderá propor ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) não poderá invocar a inexigibilidade da obrigação em impugnação ao cumprimento de sentença com base na declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, nem propor ação rescisória, por ter sido a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle difuso de constitucionalidade.
- 
28. De acordo com o Código de Processo Civil, a impugnação ao valor da causa atribuído pelo autor deverá ser formulada
- (A) em preliminar da contestação, sob pena de preclusão para a parte.
  - (B) em preliminar da contestação, mas não se sujeita a preclusão, podendo ser suscitada a qualquer tempo, inclusive em apelação ou contrarrazões de apelação, desde que antes do trânsito em julgado.
  - (C) em preliminar da contestação, mas não se sujeita a preclusão, podendo ser suscitada a qualquer tempo, desde que anteriormente à prolação de sentença ou à decisão saneadora, se não ocorrer o julgamento antecipado.
  - (D) no prazo de contestação, mas em petição a ela apartada, sob pena de preclusão.
  - (E) até o saneamento do processo, por meio de petição específica, que será processada em autos próprios.

### Direito Constitucional

**Atenção:** Para responder às questões de números 29 a 32, considere a Constituição Federal de 1988.

29. Firmino é Vereador em exercício em determinado Município localizado na Região Sul do País e, inconformado com a notícia de que o Prefeito da cidade havia praticado ato lesivo ao meio ambiente, Firmino, de boa-fé, buscou uma conhecida associação, denominada "Associação Natureza Viva – ANV", para que ela tomasse as medidas judiciais cabíveis para anular referido ato. Firmino, então, lá foi informado que, para tal fim, seria possível propor ação popular. Com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, poderá propor referida ação
- (A) Firmino e também a "Associação Natureza Viva – ANV", que ficarão isentos de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
  - (B) apenas Firmino, que ficará isento do ônus da sucumbência, mas deverá arcar com as custas judiciais, não possuindo legitimidade para propô-la a Associação referida.
  - (C) apenas Firmino, que ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, não possuindo legitimidade para propô-la a Associação referida.
  - (D) apenas a "Associação Natureza Viva – ANV", desde que tenha pelo menos um ano de funcionamento, que ficará isenta de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
  - (E) apenas a "Associação Natureza Viva – ANV", independentemente do seu tempo de funcionamento, que deverá arcar com as custas judiciais e com o ônus da sucumbência.



30. Bautista é brasileiro naturalizado; Juan é brasileiro naturalizado e Frederico é brasileiro nato. Todos têm mais de 35 anos de idade e comprovadamente se envolveram em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Sabendo-se que Bautista se naturalizou antes do referido envolvimento e Juan se naturalizou após o referido envolvimento, com base apenas nas informações fornecidas, será concedida extradição de
- (A) Bautista, pois se naturalizou antes do envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e também Juan, desde que sua naturalização tenha ocorrido até um ano após o referido envolvimento, sendo que Frederico não pode ser extraditado por ser brasileiro nato.
  - (B) Bautista, além de Juan e de Frederico, pois podem ser extraditados, nesse caso, tanto brasileiros natos quanto naturalizados, independentemente de o comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ter ocorrido antes ou depois da naturalização.
  - (C) Juan, apenas, pois se naturalizou após o referido envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, sendo que Frederico não pode ser extraditado por ser brasileiro nato.
  - (D) Bautista, apenas, pois se naturalizou antes do referido envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, sendo que Frederico não pode ser extraditado por ser brasileiro nato.
  - (E) Bautista e também de Juan, independentemente do comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ter ocorrido antes ou depois da naturalização, sendo que Frederico não pode ser extraditado por ser brasileiro nato.

31. Com relação ao projeto de lei relativo ao orçamento anual, considere:
- I. As emendas a ele somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, inclusive as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos.
  - II. Será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
  - III. As emendas a ele somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, inclusive as que incidam sobre transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, apenas.
  - (E) III, apenas.
32. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo,
- (A) sete juízes e têm, além da sua competência originária, competência para julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.
  - (B) trinta e três juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.
  - (C) trinta e três juízes, podendo funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
  - (D) sete juízes, sendo um terço dentre advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.
  - (E) sete juízes e têm competência para processar e julgar, originariamente, dentre outras matérias, os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade.

#### Direito Administrativo

33. A Lei nº 8.112/1990 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), dispõe, acerca das licenças:
- (A) Na licença por motivo de doença em pessoa da família, admite-se o exercício de atividade remunerada pelo licenciado, desde que em horário distinto do relativo ao exercício do cargo por ele ocupado.
  - (B) Na licença para atividade política, o servidor fará jus à licença com remuneração desde o momento de sua escolha na convenção partidária, até o décimo dia seguinte ao da eleição.
  - (C) Após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se por até três meses, com remuneração, para participar de curso de capacitação profissional.
  - (D) A licença para tratar de interesses particulares poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
  - (E) A licença para exercício de mandato classista terá duração igual ao mandato, vedada a renovação.



34. A Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) dispõe, acerca da duração dos contratos administrativos:
- (A) Os contratos administrativos têm vigência por prazo indeterminado, salvo disposição em contrário.
  - (B) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o contrato será automaticamente extinto quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
  - (C) A vigência dos contratos administrativos deve ser limitada ao exercício financeiro, independentemente do objeto do contrato.
  - (D) Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, o prazo de vigência será de até 25 anos.
  - (E) Não serão objeto de cancelamento automático os restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual, senão depois de encerrada a vigência destes.
- 
35. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) o interessado tem direito a ser ouvido em todas as fases do processo administrativo, exceto na fase de instrução.
  - (B) o não conhecimento de recurso administrativo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
  - (C) suas disposições são inaplicáveis aos processos administrativos disciplinares.
  - (D) inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de 15 dias, salvo motivo de força maior.
  - (E) o direito da Administração de anular os atos administrativos é imprescritível, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.
- 
36. Lei do Estado X autoriza a instituição de fundação voltada à proteção e defesa do consumidor, com poderes para exercício do poder de polícia relativo ao tema. O Governador do Estado, por meio de Decreto, aprova o Estatuto da referida fundação, que é instituída por meio de escritura pública, registrada no cartório competente. Na situação narrada,
- (A) trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, razão pela qual era desnecessário o registro dos atos constitutivos.
  - (B) o Governador extrapolou o poder regulamentar, pois o Estatuto deveria ser aprovado por Decreto legislativo.
  - (C) embora seja pessoa jurídica de direito privado, é lícita a delegação legal do exercício de poder de polícia.
  - (D) somente a União poderia ter tomado tal iniciativa, visto de que se trata de matéria de sua competência exclusiva.
  - (E) era desnecessária a lei autorizativa, pois se trata de matéria que pode ser regulada por decreto autônomo.

#### Direito Penal

37. Josias, funcionário público de um determinado município do Estado do Rio Grande do Sul, em meados do mês de Maio de 2024, durante o período em que o Estado foi atingido por uma enchente histórica que deixou milhares de cidadãos desabrigados, foi designado para trabalhar em uma base montada para recebimento de doações que chegaram de todo o país. Contudo, Josias passou a desviar para proveito próprio e de sua família inúmeros bens doados, dentre eles colchões, móveis, além de alimentos, os quais foram recebidos na base em que estava atuando. Nos termos preconizados pelo Código Penal, Josias cometeu, em tese, crime de
- (A) corrupção passiva.
  - (B) prevaricação.
  - (C) peculato.
  - (D) apropriação indébita.
  - (E) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- 
38. Marli, primária e de bons antecedentes, é condenada pela Justiça Pública a cumprir pena de 8 anos de reclusão após cometer crime hediondo (roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima) em uma cidade do Estado de Santa Catarina. Preenchidos os demais requisitos estabelecidos pelo Código Penal, Marli
- (A) poderá ser beneficiada com o livramento condicional após cumprir, no mínimo, 40% da pena imposta.
  - (B) não poderá ser beneficiada com o livramento condicional por ter cometido crime hediondo.
  - (C) poderá ser beneficiada com o livramento condicional após cumprir, no mínimo, 1/3 da pena imposta.
  - (D) poderá ser beneficiada com o livramento condicional após cumprir, no mínimo, metade da pena imposta.
  - (E) poderá ser beneficiada com o livramento condicional após cumprir, no mínimo, 2/3 da pena imposta.
- 
39. Ryana, advogada da União, ajuizou ação de execução fiscal contra uma empresa situada no Estado do Paraná. Após a regular citação da empresa executada, o seu representante legal, Rodolfo, vai até a porta do edifício onde Ryana mora e quando ela está saindo ele a surpreende, portando uma arma de fogo, exigindo, mediante ameaça, que ela desista da demanda proposta. Ryana registra Boletim de Ocorrência na repartição policial mais próxima. Nesse caso hipotético, Rodolfo cometeu crime, em tese, de
- (A) coação no curso do processo.
  - (B) fraude processual.
  - (C) favorecimento pessoal.
  - (D) tráfico de influência.
  - (E) usurpação de função pública.

**Direito Processual Penal**

40. Sobre a cooperação jurídica internacional e relações jurisdicionais com autoridade estrangeira,
- (A) homologada a sentença penal estrangeira, a respectiva carta será remetida diretamente ao juiz do lugar de residência do condenado para cumprimento e aplicação da pena.
  - (B) as cartas rogatórias emanadas de autoridades estrangeiras competentes não dependem de homologação e serão atendidas se encaminhadas por via diplomática e desde que o crime, segundo a lei brasileira, não exclua a extradição.
  - (C) o interessado na execução de sentença penal estrangeira, para a reparação do dano, restituição e outros efeitos civis, poderá requerer ao Supremo Tribunal Federal a sua homologação, observando-se o que a respeito prescreve o Código de Processo Civil.
  - (D) concluídas as diligências, a carta rogatória será devolvida ao presidente do Supremo Tribunal Federal, por intermédio do presidente do Tribunal de Apelação, o qual, antes de devolvê-la, mandará completar qualquer diligência ou sanar qualquer nulidade.
  - (E) as rogatórias, acompanhadas de tradução em língua nacional, feita por tradutor oficial ou juramentado, serão, após exatúrat do presidente do Supremo Tribunal Federal, cumpridas pelo juiz criminal do lugar onde as diligências tenham de efetuar-se, observadas as formalidades prescritas pela legislação processual penal em vigor.
- 
41. Mauro está sendo investigado pela prática de um crime de extorsão mediante sequestro. No curso das investigações, Mauro, sem prévio conhecimento de Autoridade Policial ou do Ministério Público e, evidentemente, sem autorização judicial, realiza a captação ambiental de uma conversa que manteve com um dos sequestradores, a qual demonstra a sua inocência. Nesse caso, nos termos preconizados pela Lei nº 9.296/96, Mauro
- (A) não cometeu crime por ser um dos interlocutores, e poderá usar a captação ambiental como meio de prova para a sua defesa.
  - (B) cometeu crime previsto na Lei nº 9.296/96 ao realizar a captação ambiental sem autorização judicial, e está sujeito à pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa.
  - (C) não cometeu crime por ser um dos interlocutores, mas só poderá usar a captação ambiental como meio de prova para a sua defesa se houver anuência do Ministério Público e convalidação pelo juízo competente.
  - (D) cometeu crime na Lei nº 9.296/96 ao realizar a captação ambiental sem autorização judicial, e está sujeito à pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa, mas como era um dos interlocutores, poderá ter a sua pena reduzida de metade.
  - (E) não cometeu crime por ser um dos interlocutores, mas a prova é ilícita e não poderá ser utilizada para a sua defesa.
- 
42. Rinaldo está sendo processado por crime de menor potencial ofensivo em trâmite pelo Juizado Especial Criminal Federal. O processo tramitou regularmente pelo rito sumaríssimo e, ao final, Rinaldo foi condenado. Inconformado, Rinaldo poderá interpor, neste caso, recurso
- (A) de apelação, no prazo de 05 dias, que será julgado por uma das turmas do E. Tribunal Regional Federal competente.
  - (B) inominado, no prazo de 10 dias, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
  - (C) de apelação, no prazo de 10 dias, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
  - (D) inominado, no prazo de 05 dias, que será julgado por uma das turmas do E. Tribunal Regional Federal competente.
  - (E) inominado, no prazo de 15 dias, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

**Direito Tributário**

43. Em razão de desastres naturais e tragédias decorrentes de fortes chuvas que assolaram grande parte das cidades do Rio Grande do Sul, o Governo previu isenção de imposto na aquisição de veículos por locadoras para a recomposição da frota inutilizada em razão das enchentes. Neste caso, com relação ao ente competente e ao imposto relacionado, trata-se do(a)
- (A) União, quanto à tributação do ISS.
  - (B) União, quanto à tributação do ICMS.
  - (C) União, quanto à tributação do IPVA.
  - (D) Estado, quanto à tributação do ISS.
  - (E) Estado, quanto à tributação do ICMS.
- 
44. Conforme disposto expressamente na Lei Complementar federal nº 214/2025, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), estão imunes a estas tributações os fornecimentos
- (A) de insumos médicos, para uso em unidades de saúde públicas ou privadas.
  - (B) realizados pela União, não se estendendo a Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - (C) de ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
  - (D) de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre, controlada, onerosa ou gratuita.
  - (E) realizados por partidos políticos, excluindo-se seus institutos e fundações, bem como por entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social.



45. Ao classificarmos a obrigação em principal e acessória, com relação à acessoriedade desta, entende-se que
- (A) não há relação de instrumentalidade entre uma e outra.
  - (B) depende da obrigação principal.
  - (C) não depende, mas subordina-se à obrigação principal.
  - (D) dá meio à fiscalização da obrigação tributária.
  - (E) não existe sem a obrigação principal.

46. Dispõe o Código Tributário Nacional, com relação à preferência do crédito tributário, que
- (A) não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.
  - (B) a multa tributária não prefere nem mesmo aos créditos subordinados.
  - (C) prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
  - (D) não pode ser limitada por créditos decorrentes da legislação do trabalho.
  - (E) os municípios preferem à União no âmbito de cobrança judicial do crédito.

#### Direito Previdenciário

47. Com o objetivo de assegurar equilíbrio financeiro e atuarial ao Regime Geral de Previdência Social, o texto do artigo 201 da Constituição da República tem sido reiteradamente aperfeiçoado. Nesse intuito, a recente Emenda Constitucional nº 103/2019 inovou ao
- (A) estabelecer a incidência de contribuições previdenciárias sobre os proventos de aposentadorias e pensões.
  - (B) determinar o reajuste anual dos benefícios, para preservar-lhes o valor real, segundo o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.
  - (C) vedar a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão de benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
  - (D) vedar a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas, nos termos da lei, as aposentadorias em favor dos segurados portadores de deficiência, que exercem atividade de risco e sujeitos a agentes nocivos.
  - (E) limitar o rol de benefícios devidos pelo regime às aposentadorias e à pensão por morte.
48. Machado de Assis, titular do cargo efetivo de Professor em estabelecimento de ensino federal, foi eleito Prefeito de Cosme Velho. Afastado do cargo para exercer o mandato eletivo, Machado:
- (A) permaneceu filiado ao Regime Próprio de Previdência da União, apenas.
  - (B) permaneceu filiado ao Regime Geral de Previdência Social, apenas.
  - (C) passou a ser filiado ao Regime Próprio de Previdência municipal, apenas.
  - (D) passou a ser filiado ao Regime Geral de Previdência Social, apenas.
  - (E) passou a ser filiado, concomitantemente, ao Regime Próprio de Previdência da União e ao Regime Geral de Previdência Social.
49. Constitui norma geral, concernente à organização e ao funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal:
- (A) a contribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores deverá ser equivalente ao valor da contribuição do servidor ativo.
  - (B) deverá ser assegurado o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
  - (C) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União.
  - (D) os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados.
  - (E) os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime serão subsidiariamente responsáveis pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.
50. Raquel de Queiroz trabalhou na mesma empresa, como agente de dedetização, por 15 anos, período em que se manteve filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Ao completar 62 anos de idade, requereu aposentadoria especial e comprovou, perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, sob exposição a agentes nocivos químicos, prejudiciais à saúde, pelo período referido. Considerando esses dados, Raquel
- (A) faz jus ao benefício requerido, pois preencheu os requisitos de idade e tempo de contribuição exigidos pelo ordenamento.
  - (B) faz jus ao benefício requerido, pois preencheu o requisito de tempo de exposição exigido pelo ordenamento.
  - (C) não faz jus ao benefício requerido, pois não preencheu os requisitos de idade e tempo de contribuição exigidos pelo ordenamento.
  - (D) não faz jus ao benefício requerido, pois não preencheu o requisito de tempo de contribuição exigido pelo ordenamento.
  - (E) não faz jus ao benefício requerido, pois não cumpriu o período de carência exigido.



**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

**QUESTÃO 1**

João Guimarães, empregado público federal aposentado desde 23 de agosto de 2019, faleceu aos 28 de março de 2025, deixando: a companheira, Tânia, de 62 anos; os filhos universitários, Matheus e Flávia, de 27 e 20 anos, respectivamente; a mãe, Gertrudes, e o irmão inválido, Roberto, que dele dependiam economicamente; e a ex-cônjuge, Dalva, de 70 anos, a quem pagava pensão alimentícia equivalente a meio salário-mínimo.

Considerando que, na data do óbito, João percebia proventos de aposentadoria equivalentes a R\$ 6.000,00, e que todas as pessoas mencionadas requereram habilitação à pensão por ele legada, responda justificadamente:

- a. Quem fará jus à pensão por morte instituída pelo falecido?
- b. Qual o valor total do benefício e qual o valor devido ao(s) beneficiário(s)?
- c. A qual regime de previdência deve ser dirigida a solicitação do benefício?

**Observação:** É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO  
NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

